



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1868100 - SP (2020/0069415-4)

RELATOR	: MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE	: ALCIDES PICHELI
RECORRENTE	: ANA DA PENHA ASTOLPHO
RECORRENTE	: ANA DE OLIVEIRA RIBEIRO
RECORRENTE	: ANTONIO SALVADOR DE SOUSA MOURÃO
RECORRENTE	: APARECIDA DE LOURDES SILVA CAMARGO
RECORRENTE	: APARECIDO DONIZETE DA SILVA
RECORRENTE	: APARECIDO SANTANA DOS REIS
RECORRENTE	: ARACY RODRIGUES PAVELQUEIRES
RECORRENTE	: AURORA DE JESUS CAMARGO OLIVEIRA
RECORRENTE	: AUTA NOGUEIRA NUNES DOS SANTOS
RECORRENTE	: BENEDICTA GONCALVES MARCELAO
RECORRENTE	: BENEDICTO ANTUNES
RECORRENTE	: CLARICE DA TRINDADE SCAPIN
RECORRENTE	: CLAUDIO EUGENIO PINTO
RECORRENTE	: CLEUSA APARECIDA MACHADO LEME
RECORRENTE	: CONCEIÇÃO APARECIDA ZAGO BARREIRA
RECORRENTE	: CRISTIANE DE ABREU SILVA
RECORRENTE	: DERALDINO DOS SANTOS
RECORRENTE	: DINÁ SANTOS MALOSTI
RECORRENTE	: DOMINGOS GALDI
RECORRENTE	: DORITA LOPES COELHO
RECORRENTE	: EDWIRGES EVANGELISTA DO AMARAL DA SILVA
RECORRENTE	: ELENICE NUNES DA SILVA FILHA
RECORRENTE	: ELISABETE APARECIDA MOURA
RECORRENTE	: ELVIRA DIAS DE CAMARGO
ADVOGADOS	: JOCELITO CUSTÓDIO ZANELI - SP285419 CARLOS ALBERTO GOMES - SP150888
RECORRIDO	: SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADORES	: CARLA PAIVA - SP289501 FERNANDA BUENDIA DAMASCENO PAIVA - SP327444
AGRAVANTE	: SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADORES	: CARLA PAIVA - SP289501 FERNANDA BUENDIA DAMASCENO PAIVA - SP327444
AGRAVADO	: ALCIDES PICHELI
AGRAVADO	: ANA DA PENHA ASTOLPHO
AGRAVADO	: ANA DE OLIVEIRA RIBEIRO
AGRAVADO	: ANTONIO SALVADOR DE SOUSA MOURÃO
AGRAVADO	: APARECIDA DE LOURDES SILVA CAMARGO
AGRAVADO	: APARECIDO DONIZETE DA SILVA
AGRAVADO	: APARECIDO SANTANA DOS REIS
AGRAVADO	: ARACY RODRIGUES PAVELQUEIRES
AGRAVADO	: AURORA DE JESUS CAMARGO OLIVEIRA

AGRAVADO : AUTA NOGUEIRA NUNES DOS SANTOS
AGRAVADO : BENEDICTA GONCALVES MARCELAO
AGRAVADO : BENEDICTO ANTUNES
AGRAVADO : CLARICE DA TRINDADE SCAPIN
AGRAVADO : CLAUDIO EUGENIO PINTO
AGRAVADO : CLEUSA APARECIDA MACHADO LEME
AGRAVADO : CONCEIÇÃO APARECIDA ZAGO BARREIRA
AGRAVADO : CRISTIANE DE ABREU SILVA
AGRAVADO : DERALDINO DOS SANTOS
AGRAVADO : DINÁ SANTOS MALOSTI
AGRAVADO : DOMINGOS GALDI
AGRAVADO : DORITA LOPES COELHO
AGRAVADO : EDWIRGES EVANGELISTA DO AMARAL DA SILVA
AGRAVADO : ELENICE NUNES DA SILVA FILHA
AGRAVADO : ELISABETE APARECIDA MOURA
AGRAVADO : ELVIRA DIAS DE CAMARGO
ADVOGADOS : JOCELITO CUSTÓDIO ZANELI - SP285419
CARLOS ALBERTO GOMES - SP150888

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. AÇÃO DE COBRANÇA. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA NO MANDADO DE SEGURANÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. FIXAÇÃO EM CRITÉRIOS DE EQUIDADE. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO A *QUO*. NÃO IMPUGNAÇÃO. SÚM. N. 283/STF. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ALCIDES PICHELI e outros, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF/1988, contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - AV. BRIGADEIRO, nesses termos ementado (e-STJ fl. 371):

Apelação e Reexame Necessário. Ação Condenatória. Policiais Militares inativos. Adicional de Local de Exercício. Pretensão de percepção de valores concernentes a direito reconhecido em sede de mandado de segurança coletivo. Quinquênio anterior à impetração do *mandamus* registrado sob nº 0029622-82.2011.8.26.0053 pela AIPOMESP. Alegações preliminares de inépcia da inicial e falta de interesse de agir afastadas. Prescrição afastada. Preliminar de ilegitimidade ativa *ad causam* da AIPOMESP afastada. Legitimação extraordinária da associação no mandado de segurança coletivo que não exige autorização expressa dos associados e beneficia toda a categoria. Precedentes do SEI. Autores que comprovam a qualidade de associados da AIPOMESP. Cobrança de verbas salariais anteriores à impetração do *writ*. Possibilidade. Súmula 271 do STF. Juros de mora devidos a partir da citação na ação de cobrança. Índice de correção monetária e juros moratórios de acordo com os critérios delineados no Têm a 810. Fixação de honorários advocatícios. Recursos improvidos e reexame necessário parcialmente provido.

Nas razões do especial, os recorrentes defendem violação do art. 240 do CPC/2015, pois o termo inicial dos juros moratórios, ao invés de ser a citação na presente ação de cobrança, deve ser o momento da citação ocorrida no âmbito do Mandado de Segurança Coletivo. Alegam, também, malversação do art. 85, §§ 3º e 4º, do CPC/2015, porque o valor dos honorários deve ser adequado aos percentuais

legais, tendo em vista não ser permitida a sua fixação em critérios de equidade.

Apresentadas contrarrazões / Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A pretensão merece parcial acolhida.

Quanto à violação do art. 240 do CPC/2015, a jurisprudência do STJ já declarou que o termo inicial dos juros moratórios das diferenças salariais requeridas em ação de cobrança contra a Fazenda Pública é o momento da notificação da autoridade coatora no mandado de segurança coletivo que reconheceu o direito dos servidores. Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. DIREITO RECONHECIDO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PARCELAS PRETÉRITAS. AÇÃO DE COBRANÇA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA.

1. O termo inicial dos juros de mora, na ação de cobrança de parcelas pretéritas à impetração do mandado de segurança, é a data da notificação da autoridade coatora no writ. Precedentes.

2. Recurso especial a que se dá provimento.

(REsp 1778798/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 21/02/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO DIREITO RECONHECIDO NA VIA MANDAMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA DAS PARCELAS ANTERIORES À IMPETRAÇÃO. PRESCRIÇÃO. AJUIZAMENTO DO WRIT. CAUSA INTERRUPTIVA DO PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA QUANDO DA IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS.

1. Bem da verdade, cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, não estando obrigado a rebater, um a um, os argumentos apresentados pela parte quando já encontrou fundamento suficiente para decidir a controvérsia (EDcl no AgRg no AREsp 195.246/BA, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 04/02/2014). Sendo assim, bem ou mal, certo ou errado, a Corte de origem decidiu a controvérsia de modo integral e suficiente.

2. Por fim, acerca do momento da citação válida, sem razão ao recorrente, tendo em vista que o Superior Tribunal de Justiça declarou o termo inicial dos juros de mora, consequentes de ação de cobrança dos valores pretéritos ao mandado de segurança, é o momento em que a autoridade coatora é notificada no writ. Ademais, asseverou que a impetração do mandamus interrompe a fluência do prazo prescricional no tocante à ação ordinária de cobrança.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.711.432/DF, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/8/2018, DJe 14/8/2018)

Quanto à violação do art. 85, §§ 3º e 4º, do CPC/2015, o acórdão *a quo* determinou o valor dos honorários a partir dos princípios que vedam o enriquecimento sem causa e a onerosidade excessiva. A propósito, confira-se (e-STJ fl. 382/383):

Frisa-se, ainda, que o ordenamento jurídico brasileiro já consagrou os princípios que vedam o enriquecimento sem causa e a onerosidade excessiva, que devem prevalecer no momento do arbitramento dos honorários advocatícios. Sobre a matéria, segue a transcrita lição de Fábio Jun Capucho:

Note-se, ademais, que a possibilidade de fixação por apreciação equitativa do juiz foi reservada, no novo CPC, para a hipótese de valores

reduzidos, deixando a descoberto a situação de o juiz se deparar com valores expressivos como base de cálculo. Como a vedação do enriquecimento sem causa é um princípio jurídico consolidado, no entanto, acredita-se que ainda assim poderá o juiz, mediante adequada fundamentação, promover a redução que se fizer necessária para evitar a ocorrência de desvio, consistente em arbitramento superior ao valor corrente em mercado para igual serviço. (Honorários Advocatícios, p. 385/414, Honorários advocatícios nas causas em que a Fazenda Pública for parte: sistemática no novo Código de Processo Civil, Juspodvim, 2015)

O recurso especial visa à incidência da literalidade contida no art. 85, §§ 3º e 4º, do CPC/2015. Porém, não se observa nas fundamentações do recurso especial argumentações capazes de afastar a incidência dos princípios da proibição do enriquecimento ilícito e da proibição da onerosidade excessiva.

Por essa razão, não é possível conhecer do recurso especial nesse ponto nos termos da Súm. n. 283/STF. Nesse sentido, o seguinte precedente proferido em hipótese idêntica:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO POR NULIDADE CONTRATUAL. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ACÓRDÃO ASSENTADO EM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. NÃO COMPROVAÇÃO DE QUE FOI INTERPOSTO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INADMISSIBILIDADE DO ESPECIAL. SÚMULA 126/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. HISTÓRICO DA DEMANDA.

1. Trata-se, na origem, de Ação de Reparação do Patrimônio Público movida pelo Ministério Público Federal em desfavor da empresa Torque S.A. e agentes públicos da Companhia Docas do Rio de Janeiro, objetivando a condenação dos réus a ressarcir o alegado prejuízo aos cofres públicos na execução dos Contratos 21 (compra de guindastes para movimentação de contêineres) e 66 (compra de contêiner, celebrados em 1989 entre a empresa Portos do Brasil S.A. - Portobrás, sucedida pela companhia Docas do Rio de Janeiro, e Torque S.A., sucedida por Torque Equipamentos Ltda.

2. Na inicial, o Ministério Público Federal afirmou, em síntese, que houve "vultoso desvio de verbas públicas praticado, comissiva e omissivamente, pelos Réus" durante a celebração e execução dos contratos referidos, tendo a ré Torque S.A. deixado de cumprir a prestação a que se obrigou, embora a Companhia Docas do Rio de Janeiro já houvesse desembolsado o valor equivalente a vinte e um milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos. Destacou que os contratos em apreço foram firmados sem prévio procedimento licitatório e sustentou que houve superfaturamento nos preços dos equipamentos que eram objeto da prestação contratual.

3. O magistrado de primeiro grau julgou o pleito autoral procedente em relação à ré Torque Equipamentos Ltda., condenando a parte demandada a restituir à Companhia Docas do Rio de Janeiro todos os pagamentos recebidos por ocasião da inexecução dos contratos questionados nos autos (fls. 4.327-4.341, e-STJ).

4. Interpostas Apelações (fls. 4.382-4.587, e-STJ), o Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu provimento aos recursos da União e da Companhia Docas do Rio de Janeiro, excluindo a condenação em honorários advocatícios, e também proveu o recurso da Torque Equipamentos Ltda., julgando a ação improcedente (fls. 4.709-4.713, e-STJ).

ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 5. Não se configura a ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.

RESSARCIMENTO AO ERÁRIO POR NULIDADE CONTRATUAL 6. A

Companhia Docas do Rio de Janeiro e o Ministério Público Federal, em breve síntese, alegam ser incontroversa nos autos a nulidade da contratação sob análise e, consequentemente, a lesão ao patrimônio público, devendo o terceiro beneficiado restituir aos cofres públicos o montante recebido indevidamente da União.

7. No tocante ao pedido de ressarcimento ao Erário por descumprimento de contrato, o Tribunal a quo asseverou (fl. 4.713, e-STJ): "Na hipótese, os bens adquiridos nos contratos não foram sequer entregues pela TORQUE. Por outro lado, se há informação de que a Administração Pública deixou de efetuar os pagamentos devidos por mais de 90 (noventa) dias, pode o contratado, licitamente, suspender a execução do contrato, sendo desnecessária, nessa hipótese, a tutela jurisdicional porque o art. 78. XV. da Lei 8.666/93 lhe garante tal direito. Se o contrato foi anulado por determinação do Ministério do Transporte por um vício intrínseco ao ajuste (contratação sem licitação) e não por dolo ou má-fé da empresa contratada (nada foi comprovado), o vício somente pode ser imputado à Administração, nunca ao particular que com ela contratou.

De acordo com o laudo pericial, a empresa apelante vinha cumprindo todas as suas obrigações contratuais até o momento em que a Administração deixou de efetuar os pagamentos pertinentes, concluindo-se que o bem não foi entregue no prazo contratado por falta de parte do pagamento".

8. Depreende-se de leitura do acórdão acima transcrito que a Corte de origem, soberana na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, entendeu que não ficou demonstrado o descumprimento das obrigações contratuais pela empresa contratada, sendo incabível o ressarcimento de eventuais prejuízos ao Erário. 9.

É evidente que, para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7/STJ. 10. Além disso, o aresto vergastado está em sintonia com o entendimento firmado no STJ de que, "embora o contrato realizado com a Administração Pública seja nulo, por ausência de prévia licitação, o ente público não poderá deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados ou pelos prejuízos decorrentes da Administração, desde que comprovados, ressalvada a hipótese de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade" (AgRg no Ag 1.056.922/RS, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJ 11/3/2009). No mesmo sentido: AgInt no REsp 1.410.950/SC, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 3/2/2017;

AgRg no REsp 1.383.177/MA, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 26/08/2013.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS 11. O Espólio de Marcos Rubens de Sá Pacheco pleiteia, em seu Recurso Especial, o restabelecimento da condenação do MPF e da CDRJ ao pagamento de verbas honorárias fixadas na sentença de primeiro grau, ao argumento de que o Ministério Público Federal ajuizou Ação Ordinária, não Ação Civil Pública, tampouco Ação de Improbidade, de modo que cabível a condenação em honorários advocatícios.

12. O Tribunal regional consignou (fl. 4.713, e-STJ, grifei): "Dos honorários Advocatícios. Por fim, anoto que na hipótese de ocorrer sucumbência, os institutos da ação popular e na ação civil pública estão isentos do pagamento de honorários advocatícios, razão pela qual não há justificativa para o arbitramento de honorários advocatícios em desfavor do MPU. O STJ, por força do art. 50., LXXIII e LXXXVII da Constituição Federal e do art. 18 da Lei 7.347/85, tem aplicado a isenção da sucumbência tanto na Ação Civil Pública como na Ação de Improbidade Administrativa. Precedentes: REsp. 577.804/RS. Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, DJU 14.02.2006; AgRg no Ag 1042206/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/11/2008, DJe 15/12/2008) REsp 106540I/RS. Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/08/2009, DJe 21/08/2009). Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça trafega no sentido de que a parte autora, em ações dessa natureza, não deve pagar

honorários de advogado, a menos que seja condenado por litigância de má-fé, hipótese que não se verifica na espécie".

13. Da leitura do acórdão recorrido depreende-se que o Tribunal de origem resolveu a controvérsia com base em fundamentos constitucionais e infraconstitucionais. No entanto, o recorrente interpôs apenas o Recurso Especial, sem discutir a matéria constitucional, em Recurso Extraordinário, no excelso Supremo Tribunal Federal.

14. Aplica-se na espécie o teor da Súmula 126/STJ: "É inadmissível Recurso Especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta Recurso Extraordinário".

15. Com relação ao dissídio jurisprudencial, a divergência deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles.

16. Ressalta-se ainda que o óbice da Súmula 7 do STJ é aplicável, também, ao Recurso Especial interposto com fundamento na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição da República.

CONCLUSÃO

17. Recursos Especiais do Espólio de Marcos Rubens de Sá Pacheco e da Companhia Docas do Rio de Janeiro não conhecidos. E Recurso Especial do Ministério Público Federal parcialmente conhecido somente em relação à violação do art. 1.022 do CPC/2015 e, nessa parte, não provido.

(REsp 1731797/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 13/09/2019)

Ante o exposto, dou parcial provimento do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator